

Um ano de trégua. E depois?

Bolívar Lamounier

Diz o célebre adágio que previsões são sempre arriscadas, especialmente sobre o futuro. Mas as dificuldades que se antepõem à audaz corporação dos futurólogos não se limitam, infelizmente, à possível ocorrência de fatos inteiramente novos, inesperados e rigorosamente imprevisíveis. Há também o problema de que um mesmo conjunto de fatos, percebido e apalpado por todos como uma realidade imediata e inquestionável, pode ser enquadrado em diferentes perspectivas de tempo, as quais conduzem a conclusões também distintas quanto a seus desdobramentos.

Perspectivas de tempo: curto ou longo prazo, dificuldades transitórias ou problemas estruturais — eis a questão. Quando se trata de especular sobre o comportamento da economia brasileira, e sobre seus reflexos nos planos político e social, a indagação que se impõe é se estamos realmente falando sobre 1982, apenas, ou sobre tendências que só fazem sentido se colocadas numa perspectiva de tempo mais longa.

Sem cassandrismo

Por outro lado, há também a necessidade de observar o bom decoro natalino. Não vamos encerrar um ano que começou com a recessão e o Riocentro, e que termina entalhado com o pacote eleitoral, prevendo mais catástrofes. Abaixo o cassandrismo. Aceitamos que entre aqueles fatos que compõem nossa realidade imediata está uma possível retomada do crescimento da economia, ainda que em ritmo modesto. Aceitamos também que este primeiro fato, associado às perspectivas de um ano eleitoral, levará à atenuação do desemprego e à execução de alguns programas significativos no campo social (a começar pelo usucapião). Admitimos que as eleições se realizarão, e que trarão em sua esteira um bom número de obras públicas municipais, algumas até necessárias. E que, apesar de tudo isso, a inflação conceder-nosá a gentileza de per-

manecer na escala dos dois dígitos.

Muito bem. O problema é que, numa perspectiva mais ampla, o País precisa adaptar-se, de maneira consciente, a expectativas mais realistas no que diz respeito ao crescimento econômico. Ou seja, adaptar-se à altíssima probabilidade de que tão cedo não voltaremos a ter elevadas taxas de crescimento, devido, entre outras coisas, às conhecidas limitações no campo energético e à persistência e profundidade das pressões inflacionárias. E adaptar-se também ao fato de que, exatamente durante esse período de crescimento mais modesto, será necessário dar uma satisfação adequada a reivindicações que se formaram ao longo das últimas duas ou três décadas. Reivindicações, diga-se de passagem, perfeitamente justas, que dizem respeito à obtenção de um padrão mínimo de bem-estar e a compensações por desigualdades criadas ou acentuadas durante todo esse período em que se concebeu o crescimento acelerado como uma vocação "natural" do Brasil.

Natural, sim, porque a chamada ideologia do "desenvolvimento" deitou rafzes profundas na cultura e na estrutura social brasileiras. O otimismo exagerado; a avaliação nem sempre equilibrada dos nossos recursos naturais; em alguns momentos uma quase deificação do PNB, são constantes de nossa história, pelo menos desde os anos trinta. É claro que esse estado de espírito tem tido, e continuará a ter, dentro de certos limites, funções muito positivas. Não há dúvida de que ele se acha associado ao conceito que os brasileiros hoje fazem de si mesmos enquanto nacionalidade, pois é ao mesmo tempo um produto e um catalisador da luta contra o pessimismo de uma ex-colônia. É também certo que a crença num horizonte de possibilidades ilimitadas permite acomodações políticas que de outra forma seriam muito difíceis. Projetados numa fronteira móvel, os conflitos de interesse não deixam de

existir, nem se tornam menos agudos, mas pelo menos se diferenciam e se escalonam no tempo. Distinguem-se em mais e menos urgentes, primários e secundários.

Mito e realidade

Esta, mais ou menos, é a mentalidade desenvolvimentista brasileira; ou, mais exatamente, a mentalidade desenvolvimentista plasmada por décadas e décadas durante as quais as taxas de crescimento foram de facto elevadas. E que alimentaram a expectativa de que assim continuaria a ser; a idéia de que o crescimento acelerado é nossa vocação "natural". Trata-se, portanto, de uma mescla de mito e realidade.

Pois bem. O problema, quando o analisamos na perspectiva das últimas três ou quatro décadas e ao mesmo tempo tentando adivinhar os próximos anos, é que já não cabem muitas dúvidas quanto aos perigos desse excesso de otimismo. Olhando para trás, parece hoje claro que ele legitimou um perfil de desenvolvimento dos mais desequilibrados, quer entre regiões, quer no que diz respeito aos padrões mínimos de bem-estar da população. A meta era o crescimento rápido, por sua vez identificado com investimentos "reprodutivos", sobretudo industriais. Pode-se aqui estabelecer um paralelo com a situação polonesa. Talvez não se possa falar em otimismo, muito menos em crença num crescimento ilimitado, no caso da Polônia. Mas parece certo que a tendência a pedir sacrifícios excessivos à população, em nome de um futuro melhor que nunca chegava, está na raiz da atual crise. E está na raiz, observe-se, não porque esse apelo tivesse caído em ouvidos moucos. Acreditando nas promessas do governo, no socialismo que se estaria construindo, na igualdade e no bem-estar a serem conquistados dentro de um prazo razoável, a classe trabalhadora e o homem comum da Polônia não puderam ou não souberam exercer pressões efetivas que levasssem gradativamente

a esse resultado. Iludindo-se, permitiram durante muito tempo a auto-ilusão da camada dirigente, que não se via forçada a reorientar suas ações e investimentos. Mas, aqui, é preciso reconhecer que um governo fechado e burocrático se auto-ilude com excessiva facilidade.

No caso brasileiro, a desatenção ao que chamei de padrões mínimos de bem-estar tem uma longa história. É fruto longamente amadurecido, desde o tempo das oligarquias regionais, da República Velha, até a ênfase no crescimento a qualquer custo, acoplada ao arbitrio burocrático dos dias atuais, tudo isso produzindo ou permitindo a acumulação de distorções gravíssimas. O ponto básico, porém, como dizia, é que agora essas distorções precisam ser enfrentadas, e sob condições muito especiais. Enfrentadas num país altamente urbanizado, que já alcançou um elevado coeficiente de integração no que diz respeito a comunicações de massa, e que não tem como voltar atrás em suas expectativas de acesso a muito daquilo que a sociedade moderna oferece ao que se convencionou chamar de frutos ou benefícios do "progresso". E mais: essas distorções precisam ser enfrentadas tendo como horizonte um período de crescimento econômico certamente mais modesto do que o dos famosos tempos do "milagre"; modesto, talvez, até mesmo em relação às taxas históricas de crescimento que prevaleceram ao longo dos últimos 30 ou 40 anos.

É a este horizonte, no meu entender, que o País precisa começar a adaptar-se, e quanto antes melhor. Em que consiste tal adaptação? Que reflexos vem tendo, ou terá, a partir de 1982? Eis um desafio para eventuais aprendizes de futurólogo. Na parte que me toca, quero destacar apenas dois pontos.

Nós, os bonzinhos.

O primeiro é que a ênfase excessiva na acomodação espontânea dos conflitos, que sempre teve como pano de fundo a constan-

te criação de oportunidades através de altas taxas de crescimento, pode entrar em grave descompasso com a realidade, transformando em mau gosto ou em puro cinismo um traço de tolerância que de fato existe na cultura brasileira. Na década de trinta, a "bondade" brasileira já era invocada por alguns ideólogos do Estado Novo, que a descreviam como traço psicológico proveniente do aborigine, da mixagem de raças, do temor a Deus, e coisas no gênero. Nos bons tempos de Juscelino Kubitschek, além do sentimento de orgulho que o presidente conseguiu criar em torno das realizações de seu governo, havia também um clima, até então nunca visto neste país, de civilidade, de busca deliberada da conciliação, e de respeito pelas regras do jogo político, que previam a transmissão pacífica do poder. Hoje, e nos próximos anos, não é provável que o homem comum, seja ele bancário ou metalúrgico, professor secundário ou vendedor, volte a ver a vida com tanta descontração. A verdade é que as rotinas da vida e do trabalho, e aqui não estou falando dos verdadeiramente miseráveis, serão mais penosas, competitivas, cheias de arestas. Os sacrifícios individuais serão maiores, e não haverá à volta, com a mesma frequência a que estamos acostumados, novas oportunidades sendo criadas, novos indícios de otimismo.

O segundo ponto a que me havia referido diz respeito ao terreno propriamente político. Aqui, parece-me útil recuperar, dando-lhe novo sentido, a sentença de Euclides da Cunha, que nos julgava "condenados à civilização". Em vez do sentido que lhe deu Euclides, imbuído de certo pessimismo racial, acho que é no terreno político que estamos condenados à civilização. Mas, também aqui, estou tomando como referência um período mais longo. Em 1982, ainda não sabemos a que, exatamente, estamos condenados.